



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

Relatório de Participação da Assembleia da República

na

Conferência Interparlamentar

A PAC PÓS 2020 - O PAPEL DOS PARLAMENTOS NA DEFINIÇÃO DO FUTURO DA ALIMENTAÇÃO E DA AGRICULTURA¹

-22 e 23 de novembro de 2018, Parlamento croata, Zagreb -

Composição da Delegação:

A Delegação foi composta pelos Deputados **António Costa Silva** (PSD), em representação da Comissão de Assuntos Europeus; **Pedro do Carmo** (PS), em representação da Comissão de Agricultura e Mar; e **Patrícia Fonseca** (CDS-PP), em representação da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Dia 22 de novembro

1. Sessão de Abertura

Gordan Jandroković, Presidente do Parlamento croata, deu as boas-vindas aos participantes, salientando a presença de parlamentares de 20 Estados-Membros e do Parlamento Europeu. Aludiu à relevância do tema em debate, num contexto de definição de novas prioridades para a Política Agrícola Comum (PAC), em simultâneo com a previsão de um menor financiamento no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), situação que classificou como preocupante, na medida em que a PAC é uma componente central da

¹ Programa, lista de participantes, documentação e vídeos da reunião disponíveis em: <https://cro-cap.com/en/home/>



Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar
Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

União Europeia, providenciando segurança e qualidade alimentar, bem como um modo de vida condigno aos agricultores.

2. Alocuções introdutórias

Phil Hogan, Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, fez uma breve alocução na qual partilhou o processo que conduziu à proposta da nova PAC e que constituiu o culminar de um longo trabalho de preparação e de consulta pública, no âmbito da qual foram recebidos 232.000 contributos, incluindo de Parlamentos nacionais, o que, do seu ponto de vista, confere uma legitimidade acrescida à proposta. A nova PAC assenta no pressuposto de que o setor agroalimentar tem de melhorar os seus resultados, no âmbito de um quadro comum, dando maior apoio aos jovens agricultores e ao desenvolvimento rural, num contexto de alterações climáticas, da conservação dos solos, do ambiente e da segurança. Em sua opinião, tal deve acontecer com base num modelo ajustável a necessidades específicas, mais próximo dos agricultores, em cumprimento do princípio da subsidiariedade e não, como atualmente, com base num modelo único imposto por Bruxelas. De acordo com o Comissário, tal exige um novo funcionamento da parceria entre a União Europeia (UE) e os Estados-Membros, no estabelecimento de objetivos que garantam, não só eficiência de produção como, igualmente, a preservação dos recursos naturais, através de uma agricultura ambientalmente sustentável. Para tal, o orçamento disponível tem de ser adequado, o que constitui um desafio, atendendo ao estabelecimento de novas prioridades, como a segurança e as migrações, bem como ao facto de a saída do Reino Unido da UE significar uma redução de cerca de 12 mil milhões de euros. Neste contexto, recordou que a decisão final sobre o QFP não compete à Comissão, mas sim ao Conselho, onde se encontram representados os governos, dependentes dos Parlamentos nacionais que, neste contexto, têm um importante papel a desempenhar.

Tomislav Tolušić, Vice-Primeiro-ministro e Ministro da Agricultura da Croácia, sublinhou que a Croácia apoia os esforços da UE em relação à PAC, mas acrescentou que os fundos para a agricultura no próximo período de programação de 2021 a 2027 devem manter-se ao nível atual. Embora a UE enfrente numerosos desafios, a agricultura, enquanto política comum, não deve ser afetada. Reconheceu que a adesão à UE permitiu o acesso ao financiamento europeu da agricultura, mas que poderia ter havido um melhor aproveitamento dos fundos. Concordou com a necessidade de simplificação do sistema administrativo de acesso aos fundos e salientou, como positivo, o enfoque na renovação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

geracional da nova PAC, questão de suma importância para a Croácia. No que concerne à condicionalidade ecológica, sublinhou a sua preocupação face às assimetrias tecnológicas e de *know how* entre os diversos Estados-Membros para o cumprimento da referida condicionalidade, defendendo que esta deveria ser voluntária e definida por cada um dos Estados-Membros.

3. Sessão 1- O processo de Adoção dos Planos Estratégicos Nacionais

Esta sessão foi presidida pelo Presidente da Comissão de Agricultura, **Tomislav Panenić** e contou com alocações de **Phil Hogan**, Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural; **Jerzy Chróścikowski**, Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Senado polaco; **György Czerván**, Vice- presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento húngaro; **Alexandre Freschi**, Membro da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional francesa; e **Paulo Gouveia**, da organização Copa Cogeca.

Phil Hogan partilhou a lógica subjacente à adoção dos planos estratégicos nacionais para a PAC, elemento que constitui uma novidade em relação à atual PAC. A finalidade consiste em aumentar a flexibilidade e a eficiência, reservando-se à legislação da União a definição dos objetivos da PAC (3 económicos, 3 ambientais e 3 sociais), bem como dos indicadores comuns de controlo da sua aplicação e as regras aplicáveis às medidas financiadas pelo orçamento da UE. Caberá aos Estados-Membros elaborar o desenvolvimento da aplicação destas medidas nos seus planos estratégicos nacionais, a fim de alcançar os objetivos comuns, mas tendo em conta as suas próprias prioridades. Para tal, os Estados-Membros têm de se dotar dos adequados instrumentos de governação e de controlo, o que inclui aconselhamento aos agricultores, bem como incentivo a investigadores e conselheiros para trabalharem em conjunto com os agricultores, passando das universidades para o campo. O Comissário reiterou a importância do papel dos Parlamentos nacionais no âmbito desta nova abordagem e terminou, salientando que o objetivo da Comissão é colocar os agricultores no centro, como importantes agentes de segurança alimentar, proteção ambiental e do desenvolvimento rural.

Jerzy Chróścikowski defendeu que o seu Governo (polaco) deverá pugnar, no Conselho, por um nível de fundos adequados, ou seja, pelo menos idêntico ao atual, pois há ainda muito a fazer no domínio da agricultura, especialmente em relação ao segundo pilar, para aumento da competitividade. Referiu, ainda, a necessidade de existirem parâmetros da UE que balizem a flexibilidade dos planos nacionais. Manifestou a sua preocupação quanto a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

uma eventual perda de fundos, quer devido a atrasos iniciais na execução dos novos planos, quer em consequência da transferência de fundos do primeiro para o segundo pilar.

György Czerván reiterou a opinião do anterior orador quanto à necessidade de manter o nível de financiamento, sublinhando que a Hungria está disposta a aumentar a sua participação no orçamento comunitário, se tal for necessário para a consecução desse objetivo. Subscreveu, igualmente, a ideia expressa nas alocações iniciais pelo Ministro da Agricultura croata, quanto ao facto da componente ambiental do financiamento dever ser flexível, ao critério de cada um dos Estados -Membros.

Alexandre Freschi salientou a importância da PAC como pilar da UE. Concordou com os objetivos da proposta da Comissão quanto à necessidade de uma agricultura sustentável, com ligação entre a *performance* e os desafios climáticos. Defendeu a necessidade de coordenação entre os planos nacionais, com vista à construção de uma PAC coerente e durável. Alertou, ainda, para o perigo dos investimentos chineses e americanos na área agrícola, com critérios muito diversos dos europeus.

Paulo Gouveia refletiu sobre os pontos que, para os agricultores, são essenciais na nova PAC. Antes de mais, a simplificação tem de estar no cerne da reforma. A política tem de ser simples, perceptível e desenvolvida de acordo com o princípio de subsidiariedade. Neste contexto, é necessário encontrar um balanço, sem perturbar o mercado único. Referiu, ainda, que o orçamento previsto no novo QFP é desajustado, sobretudo tendo em conta que se exige um maior esforço á comunidade agrícola, não só ao nível de produção como, igualmente, ao nível dos objetivos de sustentabilidade ambiental. Alertou para o risco de uma implementação tardia dos planos estratégicos na fase de transição, o que pode significar uma redução significativa do rendimento dos agricultores.

No debate² que se seguiu às intervenções iniciais, foram expressas muitas dúvidas e reservas em relação à ideia de planos estratégicos nacionais da PAC, juntamente com a suposição de muitos Estados-Membros, de que o conceito proposto não resultará em simplificações, mas, pelo contrário, em obrigações e requisitos adicionais para os agricultores e as administrações nacionais, acarretando, inclusive, o risco de atrasos nas aprovações e, conseqüentemente, na implementação e financiamento dos projetos. Foi levantada a questão de saber como é que os Estados-Membros podem contribuir para a realização dos objetivos comuns da UE, incluindo os objetivos das políticas ambientais e

² Registaram-se intervenções de representantes dos Parlamentos português, croata, irlandês, checo, cipriota, grego e lituano, bem como da Câmara Económica croata.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

climáticas, formulando simultaneamente políticas compatíveis com as suas necessidades internas.

De registar, nesta fase, a intervenção da Deputada **Patrícia Fonseca**, sublinhando que, apesar das sucessivas reformas da PAC visarem a sua simplificação, a realidade tem provado que esse desiderato ainda não foi alcançado. Continuou, expressando o seu receio de que os novos planos estratégicos nacionais possam ter o efeito contrário ao desejado pela Comissão e que, ao invés de uma simplificação significativa, venham a representar procedimentos exigentes e morosos para os Estados-Membros, comprometendo o início de todo o processo em 2021, em especial no que concerne ao primeiro pilar. Neste contexto, questionou o Comissário sobre como manter o apoio às zonas menos desenvolvidas, com condicionantes naturais, com este novo modelo com um sistema de governação baseado no desempenho ou nos resultados; como assegurar o equilíbrio territorial, em particular o desenvolvimento económico e social das regiões mais frágeis e intermédias, que têm o importante papel de manter um território vivo e ocupado e que têm importantes contributos para os objetivos ambientais e climáticos, mas difíceis de medir; e, em suma, como garantir que as especificidades do desenvolvimento rural continuem a ser abordadas e que nenhuma região fique para trás.

Na fase de resposta, o Comissário Hogan referiu que os Estados-Membros têm de assumir as suas próprias responsabilidades e que, de facto, o sistema se encontra simplificado, pois enquanto, atualmente, os Estados-Membros têm de fazer relatórios, abordando mais de 200 indicadores, na nova PAC os indicadores foram reduzidos para cerca de 40.

4. Sessão 2- Renovação Geracional

Tal como a anterior, também esta sessão foi presidida pelo Presidente da Comissão de Agricultura, **Tomislav Panenić**, tendo contado com as alocações de **Chiara Dellapasqua**, da DG AGRI da Comissão Europeia; **Marijana Petir**, Membro da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Parlamento Europeu; **Franc Breznik**, Presidente da Comissão de Agricultura, Florestas e Alimentação, da Assembleia Nacional da Eslovénia; **Tomáš Ignác Fénix**, Vice-presidente do Conselho Europeu de Jovens Agricultores; e **Jan Marinac**, Presidente da Associação Croata de Jovens Agricultores.

Chiara Dellapasqua referiu que, atualmente, apenas 5,1% dos agricultores tem menos de 35 anos, situação que considera preocupante e que justifica a escolha da renovação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

geracional como uma das prioridades da PAC. Continuou, referindo que os Estados-Membros devem proceder a uma análise SWAT para avaliação da acessibilidade das terras, de crédito e do conhecimento disponível, as três barreiras principais à renovação geracional. Os planos estratégicos nacionais deverão demonstrar uma convergência de instrumentos para este objetivos (p.ex. isenção de taxas para jovens agricultores). A definição de "jovem agricultor" fica ao critério de cada um dos Estados-Membros, tendo de obedecer a três critérios mínimos: idade inferior aos 40 anos, formação adequada e condições para liderar o negócio.

Marijana Petir sublinhou os desafios enfrentados pelos agricultores, que constituem fatores de desencorajamento para os jovens, tais como o baixo rendimento face a outros sectores, os riscos empresariais que não podem ser evitados nem controlados, a dificuldade de acesso à terra, as más condições de acesso ao crédito e as práticas comerciais desleais. Referindo-se aos dados sobre a agricultura croata, destacou que o número de agricultores com menos de 45 anos é de 18%, acima dos 15% da média da União. Quanto ao número de explorações agrícolas familiares croatas, este era de 230.000, antes da adesão à UE, tendo descido para 160.000, embora o tamanho médio das quintas tenha aumentado. Sublinhou, ainda, que os jovens têm preocupações ambientais, bem como o domínio das ferramentas para uma agricultura mais amiga do ambiente. Defendeu, também, o aumento de mulheres agricultoras, de forma a alcançar uma maior paridade no setor. Terminou, recordando que a agricultura é um setor estratégico importante para a segurança do abastecimento alimentar e no qual deve ser assegurada a transferência de conhecimentos e competências para os jovens.

Franc Breznik centrou a sua intervenção na agricultura eslovena, focando, em especial, os viticultores. Considera que a chave para um quadro mais flexível para o futuro dos jovens agricultores está em apoiar os seus planos, como a modernização da produção, o investimento em tecnologia e equipamento, o aumento das competências empresariais, a aposta no marketing e a melhoria da qualidade do vinho. Para a consecução deste objetivo defendeu procedimentos simplificados - reduzindo os atuais constrangimentos administrativos - e em consonância com as especificidades locais. Terminou, apelidando o vinho esloveno como um dos tesouros do vinho europeu.

Tomáš Ignác Fénix sublinhou a necessidade de harmonização dos regulamentos relativos à igualdade de acesso à terra em todos os Estados-Membros, de criação de um modelo de financiamento, de prestação de serviços gratuitos de aconselhamento agrícola e de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

imposição da obrigação de pagamento de ajudas aos jovens agricultores. Aludiu à necessidade de se assegurar um melhor controlo e supervisão dos pagamentos diretos na agricultura por parte de um organismo de supervisão europeu independente, como forma de evitar práticas desleais, favorecimento, corrupção e conflitos de interesses.

Jan Marinac aludiu à importância da transferência de *know-how* entre Estados-Membros. Defendeu, igualmente, a troca de boas práticas e de experiências agrícolas bem sucedidas. Mencionou, ainda, a necessidade de cooperação intergeracional entre agricultores. Terminou, sublinhando ser necessário assegurar o desenvolvimento de uma agricultura moderna, que constitui uma via importante para o autoemprego.

No debate³ que se seguiu foi salientado o impacto do envelhecimento dos agricultores e da população rural sobre a sustentabilidade da produção agrícola e das áreas rurais na UE em termos económicos e ecológicos. Registou-se unanimidade de pontos de vista quanto à necessidade de atrair e manter os jovens nas zonas rurais, criando novos postos de trabalho neste sector, o que deve ser uma das principais prioridades das futuras medidas da PAC.

5. Sessão 3- Comunidade local e Desenvolvimento Rural

A sessão foi presidida pelo Vice- presidente da Comissão de Agricultura, **Josip Kržanić**, ficando as alocações principais a cargo de **Chiara Dellapasqua**, da DG AGRI da Comissão Europeia; **Alexandru Stănescu**, Presidente da Comissão da Agricultura, Silvicultura, Indústria Alimentar e Serviços Específicos da Câmara dos Deputados romena; e **Valentina Hažić**, Presidente da Associação "Best of Međimurje".

Chiara Dellapasqua salientou os principais pontos da proposta da Comissão sobre o papel da autonomia regional e local. Salientou que, até agora, a UE tem prosseguido uma política comum de desenvolvimento rural em que os Estados-Membros têm de respeitar determinadas regras. No entanto, a experiência demonstrou que o modelo de condicionamento pode ser melhorado, pelo que o enfoque passará a ser nos resultados. Explicou, assim, que a proposta da Comissão contém um reequilíbrio de obrigações e responsabilidades entre os Estados-Membros e as autoridades locais. A União Europeia fixará nove objetivos e os Estados-membros serão responsáveis pela identificação das necessidades em zonas rurais específicas e terão de responder a essas necessidades

³ Participaram no debate representantes dos Parlamentos da Eslovénia, Hungria, Chipre, Grécia, França e Itália.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

através das suas próprias medidas. Os resultados da política de desenvolvimento rural serão apresentados, anualmente, à Comissão Europeia e será verificado se um Estado-Membro está prestes a atingir os objetivos. Segundo a oradora, o princípio básico desta reforma é a simplificação, funcionando a administração em conformidade como um quadro mais simples e com a utilização de mais tecnologias de informação e comunicação.

Alexandru Stănescu sublinhou a necessidade de envolvimento das autoridades locais e dos residentes das zonas rurais na prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Aludindo às prioridades do desenvolvimento rural, mencionou a renovação geracional, a estabilização económica da população rural e a orientação para um nível de vida aceitável para as gerações mais jovens, a criação das chamadas aldeias inteligentes, o estímulo da vitalidade das áreas rurais e o aumento da eficiência. Avançou, ainda, com a ideia de parcerias público-privadas, com fundos estatais e privados, em complemento dos europeus. Manifestou, por fim, a sua preocupação face à condicionalidade ambiental, bem como em relação ao orçamento proposto para a PAC, que representa apenas 27% do orçamento total da UE, em contraponto à situação de 1985, em que a PAC representava 75% do orçamento comunitário.

Valentina Hažić partilhou o projeto da sua associação, cujo conceito é inovador na Croácia e que agrega cerca de vinte explorações agrícolas familiares, da região de Međimurje, que adicionaram, à produção, uma componente industrial e uma rede de distribuição direta, eliminando os intermediários. No seu caso particular, ampliou o seu modelo de negócio, juntando à produção de maçã, também o fabrico de sumo e compotas daquele fruto. O projeto da associação passa, não só por produtos de qualidade como, igualmente, por uma aposta no *design* e na informação transparente sobre os produtos comercializados. A associação coopera com empresas da região, tendo a oradora exemplificado com a ligação a um Wellness Center, que vende, promove e comercializa os produtos agrícolas locais e organiza excursões às quintas associadas. O projeto desenvolve toda a comunidade local, garantindo a retenção dos jovens na região (a idade média dos participantes é de 35 anos) e permitindo-lhes viver de uma atividade agrícola proveitosa.

Seguiu-se um debate sobre os diversos problemas inerentes ao desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente o declínio da população rural, a gestão eficiente dos excedentes alimentares e a diminuição do valor da terra e do rendimento por ela produzido.

Participaram no debate os três representantes da Assembleia da República, nos seguintes termos:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

O Deputado **António Costa Silva** começou por criticar a opção da Comissão Europeia que, na sua proposta para o QFP pós-2020, propõe uma redução de cerca de 6% para a Política de Coesão e a PAC. Acresce, que vários Estados-Membros terão os seus fundos melhorados, muitos deles com níveis mais altos de desenvolvimento do que Portugal, que terá um aumento de 4% no primeiro pilar e uma redução de 15% no segundo pilar (que financia o desenvolvimento rural), o que implica que o nível de divergência face aos outros países aumente significativamente. Continuou, explicando que Portugal recebe quase 50% dos fundos no segundo pilar, enquanto outros Estados- Membros recebem apenas 10%. Ora, neste contexto, um corte de 15% não tem um impacto igual para todos. Concordou com uma distribuição equilibrada de pagamentos, mas defendeu que esta deveria obedecer a critérios objetivos e tendo em conta as especificidades de cada Estado ou região. Recordou que alguns países, como Portugal, estão mais sujeitos ao impacto das alterações climáticas, que resultam em escassez de água, incêndios e desertificação, implicando um maior esforço por partes dos agricultores, fatores que deverão ser considerados pelas políticas europeias para promover a convergência. Sublinhou que sem verdadeiras apostas no desenvolvimento local não há vida nas nossas comunidades rurais e acrescentou que não apostar no desenvolvimento local e rural é perder a verdadeira identidade e cultura dos territórios, perdendo a sua maior riqueza, pois territórios sem pessoas significam pobreza. Significa, ainda, perder os produtos que nos tornam diferentes e constitui uma opção democraticamente errada. Terminou, considerando que este é um preço que não se deve pagar e que não apostar fortemente no segundo pilar da PAC pode vir a ser um erro histórico.

O Deputado **Pedro do Carmo** deu início à sua intervenção, salientando a importância do debate em curso, essencial para se alcançar um entendimento comum sobre como bem legislar e regular corretamente a nível europeu, o que assume uma particular importância num tema fundamental para o futuro comum, como a alimentação e a agricultura. Prosseguiu, referindo que encara esse futuro como o trilhar de um caminho onde colocamos o ambiente em primeiro plano e no qual pensamos a agricultura de forma sustentável. Partilhou com a audiência que representava uma área rural de grande dimensão, mas de baixa densidade populacional, onde a agricultura está no centro da atividade económica, mas em mutação forçada, devido às alterações climáticas, que acarretam desafios como a escassez de água, a seca e os incêndios florestais. Defendeu, assim, que é necessário olhar para as regiões onde as alterações climáticas se fazem mais sentir e tentar criar um sistema para mitigar esses problemas, acrescentando que a PAC após 2020 tem de contemplar esta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

vertente e tentar criar soluções para os agricultores e comunidades nestas situações de emergência. Em sua opinião, a nova PAC deve apoiar a agricultura extensiva, menos invasiva aos solos do que os métodos mais agressivos. Deve ainda apoiar as raças autóctones de cada região, a diversidade na produção e ajudar as organizações e cooperativas de pequenos produtores a aumentar a sua escala e as suas receitas. Sublinhou que nenhum agricultor pode ser deixado para trás, ainda que seja pequeno ou menos produtivo. Nesses casos, a solução passa pela criação de soluções colaborativas e de apoio à respetiva exploração. Referiu, como sendo os grandes problemas a resolver, a necessidade de desenvolver comunidades, atrair novas populações e devolver a vida em áreas de baixa densidade populacional, a fim de obter crescimento económico, empregos, sustentabilidade e diversidade. Neste contexto, subsiste o desafio de perceber como fixar população para as áreas rurais, tornando-as atrativas, como criar centros de inovação fora das grandes cidades e manter uma agricultura próspera. Desejou que, ao longo dos dois dias da conferência, possam ser encontradas soluções para estes desafios, que apelidou de desafios-chave para o futuro. Terminou, expressando o seu prazer em poder participar na reunião.

A Deputada **Patrícia Fonseca** começou por reconhecer que a política de desenvolvimento rural oferece várias medidas para incentivar o desenvolvimento das comunidades locais, permitindo o investimento em atividades económicas, infraestruturas municipais e sociais. Sublinhou que algumas destas medidas se destinam a pessoas qualificadas que, quer investindo nas suas próprias explorações agrícolas, quer noutras atividades elegíveis, contribuem, mesmo que indiretamente, para o desenvolvimento económico da zona em que operam. Neste contexto, as oportunidades de financiamento apresentam um grande potencial para as zonas rurais. No entanto, a redução do orçamento global da PAC e da taxa de cofinanciamento dos fundos da UE terá consequências potenciais para o financiamento das zonas rurais. Acrescentou, que a abordagem que permite a complementaridade entre os principais instrumentos de financiamento da UE, nomeadamente o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, mas também com outros fundos, tem sido, até agora, bem sucedida em Portugal, situação particularmente relevante no âmbito do programa LEADER, onde os grupos de ação local desempenham um papel importante nesta área da economia e do desenvolvimento social. Assim, em sua opinião, no futuro, estas sinergias deverão ser prosseguidas. Neste contexto, defendeu que a futura PAC deve considerar mais atividades não agrícolas e florestais para fazer face aos principais desafios que estes territórios enfrentam, seja pela criação e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

manutenção de valor, seja pelo fornecimento de equipamentos e serviços à população. Defendeu, igualmente, que, quando estas atividades não são levadas a cabo pelos agricultores ou não são desenvolvidas no interior das explorações, devem continuar a ser financiadas pelos outros fundos estruturais fora do âmbito do segundo pilar. Aludiu, ainda, à questão da mitigação e da adaptação às alterações climáticas, em particular no que respeita ao acesso à água nos países mediterrânicos que mais sofrem com a seca, que considerou um problema de coesão e que, como tal, terá de ser financiado também pelos fundos de coesão, na medida em o problema engloba a garantia do acesso à água, não só para as atividades económicas, como, igualmente, para consumo humano.

Tomislav Panenić encerrou a sessão, não sem antes se referir aos desafios que a Croácia enfrenta, enquanto país de fronteira externa da União Europeia. Sublinhou que a crise migratória torna a vida ainda mais difícil nestas zonas despovoadas, agravando-as em termos demográficos e económicos. Apelidou as circunstâncias de vida nas fronteiras externas da UE como catastróficas, referindo que as populações aí residentes consideram que as medidas de ajuda às populações rurais são absolutamente insuficientes.

6. Sessão 4 - Investigação na Agricultura, Segurança e Qualidade da Alimentação

A sessão foi presidida pelo Vice- presidente da Comissão de Agricultura, **Josip Kržanić**, tendo contado com as alocações de **Chiara Dellapasqua**, da DG AGRI da Comissão Europeia; **Doina Silistru**, Presidente da Comissão da Agricultura, da Indústria Alimentar e do Desenvolvimento Rural do Senado romeno; **Darja Sokolić**, Diretora da Agência Croata de Alimentos; e **Sanja Šeparović** da Câmara Veterinária Croata.

Chiara Dellapasqua apresentou o modelo de inovação interativo que é aplicado em grupos operacionais e que ajuda a formar parcerias e redes de agricultores, cientistas, empresas agrícolas, órgãos consultivos e ONGs. Atualmente existem 700 Grupos Operacionais ativos e, para o período pós-2020, prevê-se que este número aumente para cerca de 3.200. No âmbito do maior programa de investigação e inovação da UE, Horizonte 2020, estão em curso mais de 100 projetos que tratam de questões atuais como as alterações climáticas, a gestão da água, a qualidade dos alimentos, as cadeias de abastecimento, a comercialização e consumo, os sistemas de produção agrícola, as práticas agrícolas, o equipamento e as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

máquinas agrícolas, a produção vegetal e o controlo de doenças e infeções. A aplicação das tecnologias da informação na agricultura representa um desafio importante, mas o conhecimento e a inovação são os principais objetivos prosseguidos por todos os Estados-Membros. Por conseguinte, são necessárias medidas específicas para a transferência de conhecimentos, consultoria e formação na agricultura, para as quais, em conformidade com o transmitido pela oradora, foram consagrados recursos significativos. Para o período pós-2020, a Comissão Europeia concentrou-se numa agricultura baseada no conhecimento, na inovação e na digitalização. Todos os planos estratégicos da PAC incluirão um capítulo que abordará o modo de promover a partilha de conhecimentos e a inovação, bem como o desenvolvimento de tecnologias digitais na agricultura. Estão previstos programas de cooperação, orientação e formação para o desenvolvimento rural. No âmbito do programa Horizonte, serão disponibilizados 10.000 milhões de euros para a alimentação, a agricultura, o desenvolvimento rural e a bioeconomia.

Doina Silistru afirmou que a investigação científica é essencial para a existência de todas as nações. Referiu-se ao aquecimento global e à crise alimentar como os principais problemas da segurança mundial e o maior desafio do século XXI, acrescentando que se espera que a investigação científica na agricultura ajude a enfrentar os desafios contemporâneos. Defendeu que os futuros instrumentos de financiamento da investigação da UE deverão proporcionar pacotes financeiros concretos para a agricultura, especialmente para os Estados-Membros desfavorecidos e que a investigação científica deve visar a conceção de novas variedades vegetais que serão adaptadas às condições especiais de cada Estado-Membro. Salientou a necessidade de procura de soluções para melhorar a qualidade do solo, a fim de melhorar a produção agrícola e a competitividade e, desta forma, contribuir para explorar o potencial de cada Estado-Membro. Propôs, ainda, a criação de um registo de bons projetos-piloto com o objetivo de partilhar conhecimentos e experiências.

Darja Sokolić começou por referir que, juntamente com inúmeras vantagens, o mercado global também trouxe grandes desafios. Sublinhou que os incidentes na vizinhança não devem ser ignorados e acrescentou que a pesquisa científica é um fator essencial para resolver este tipo de problemas. Além disso, existe a possibilidade de que os resultados dessa pesquisa científica possam ser reutilizados, começando com a adoção de regulamentos adequados ou medidas temporárias ao nível nacional. Salientou também algumas novas tendências, como o regresso da produção alimentar caseira e tradicional, a produção de novos alimentos que implicam novos riscos para a saúde humana, como vários



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

alergénios, o consumo de insetos e alimentos contendo carvão ativado, que podem ser objeto de investigação científica.

Sanja Šeparović fez uma abordagem global da questão da proteção dos animais e da segurança dos alimentos de origem animal. Salientou que cada consumidor tem expectativas legítimas em relação à segurança dos alimentos colocados nas prateleiras das lojas e tal implica assegurar a rastreabilidade da criação de gado e a disponibilidade constante de dados relevantes, desde o registo das explorações pecuárias, passando pelo registo da origem, movimento, vacinação e tratamento dos animais até ao matadouro. Recordou que há organizações veterinárias que acumulam um enorme conhecimento, sendo necessário mantê-las no processo de controlo da segurança alimentar.

Dia 23 de novembro

6. Sessão de Abertura da segunda parte da Conferência

A sessão foi presidida por **Martin Preiner**, Presidente da Comissão de Agricultura e Florestas do Conselho Federal austríaco, tendo contado com as alocações iniciais de **Czesław Siekierski**, Presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu e **Tomislav Panenić**, Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento croata.

Na sua alocação inicial **Czesław Siekierski** referiu-se aos desafios que a Europa enfrenta hoje - o Brexit, as migrações de Leste e a migração interna dos Estados Bálticos para os antigos Estados-Membros da União Europeia. Exemplificou com o caso da Polónia, onde há falta de pessoas devido à emigração, que é compensada pela imigração de nacionais da Ucrânia e de países do Extremo Oriente, verificando-se a emissão de 20.000 autorizações de trabalho para estes imigrantes. Recordou que os Estados-Membros evoluem a um ritmo diferente, sendo alguns membros da zona euro, outros não e havendo Estados dentro e fora do espaço Schengen. Sublinhou a importância de estas divisões não serem permanentes e de não se aprofundarem ainda mais e opinou no sentido de os acontecimentos na Europa serem cada vez menos dependentes da Europa e, cada vez mais, da situação do mercado global. Continuou, referindo que a PAC não pode resolver todos os problemas na UE, porque a situação da agricultura da UE depende de fatores externos - comércio, normas, qualidade e a assinatura de vários acordos com terceiros, como com o Canadá, a Austrália e a Nova



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

Zelândia. Afirmou ainda que o embargo russo afetou toda a Europa, especialmente os agricultores, que pagaram um alto preço, porque a Rússia começou a exportar determinadas produções. Salientou que a conceção da PAC deveria ter em conta as diferenças no seio da agricultura da UE, como a agricultura no Norte e no Sul. Neste contexto, os membros mais setentrionais produzem leite, cereais e carne de suíno, enquanto os agricultores do Sul produzem vinho, uvas e azeite. As diferenças entre os membros mais antigos e os mais jovens da UE também devem ser respeitadas, recordando que os mais jovens, que já foram países socialistas ou comunistas, têm por vezes relutância em estabelecer cooperativas, porque lhes recorda a sua história, quando essas associações foram coercivas e resultaram na nacionalização da terra.

Tomislav Panenić, anfitrião da Conferência, apresentou um resumo dos debates do dia anterior, nos seguintes termos: no âmbito da primeira sessão, cujo objetivo era analisar as possíveis consequências da introdução de **planos estratégicos nacionais** para a PAC, afirmou que a reforma tem de se traduzir numa verdadeira simplificação para que a política, no futuro, seja mais compreensível para os agricultores e mais fácil de utilizar. Sublinhou que as pequenas e médias explorações agrícolas devem estar no centro da política e que a programação deve ser orientada com respeito pelas suas necessidades. Salientou ainda que, independentemente dos desafios que se colocam à UE, o nível de financiamento da política agrícola deve manter-se, pelo menos, ao nível atual, dada a importância da comunidade agrícola na alimentação da população mundial. A sessão sobre a **renovação geracional** centrou-se nas medidas que devem ser tomadas para incentivar os jovens agricultores. O orador salientou que o debate tinha equacionado os principais obstáculos à retenção dos jovens no setor agrícola, a saber: rendimentos que ficam aquém de outros sectores; riscos comerciais que não podem ser evitados; acesso difícil à terra e ao crédito; condições relacionadas com a solvabilidade; e práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento. O objetivo da terceira sessão versou sobre o **desenvolvimento rural e local**. Como potenciais constrangimentos o orador sublinhou a fraca capacidade administrativa a nível local e regional; a redução do orçamento para medidas de desenvolvimento rural; e o aumento da condicionalidade para objetivos ambientais e climáticos adicionais. Acrescentou, que os debates evidenciaram a complexidade dos requisitos administrativos para a execução da iniciativa LEADER, tendo sido proposta a sua simplificação para o próximo período orçamental. Aludiu, ainda, à proposta de um modelo de parceria público-privada, a fim de proporcionar fontes adicionais de financiamento. No que concerne à quarta sessão, referiu que os participantes partilharam pontos de vista sobre



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

a importância da **investigação na agricultura** e sobre a forma de melhorar a **segurança e a qualidade dos alimentos**. Foi feita uma avaliação positiva do aumento das despesas de investigação agrícola no próximo período orçamental, mas os participantes sublinharam também a necessidade de um maior envolvimento dos Estados-Membros mais jovens nos programas de investigação da União Europeia. Sublinhou, igualmente, a necessidade de uma ligação mais forte entre a informatização e a produção agrícola, bem como a necessidade de formar peritos para desenvolver sistemas e tecnologias mais inovadoras.

No debate que se seguiu participaram, entre outros, a Deputada irlandesa **Jackie Cahill**, que aludiu às alterações climáticas como um desafio extraordinário na produção de alimentos e na sustentabilidade dessa produção. Acrescentou, que não fazia sentido transportar alimentos do outro lado do mundo, cabendo à Europa produzi-los. A Deputada ao Parlamento Europeu **Marijana Petir** referiu que a proposta de reforma da PAC deveria ser mais flexível e mais conforme ao modelo de subsidiariedade. Durante o debate foram ainda abordadas questões como a quantidade de terra disponível para as empresas que produzem alimentos no mercado mundial, a desproporção entre as aldeias e as cidades e a crescente diminuição dos rendimentos dos agricultores, o que afeta diretamente os jovens e os faz abandonar as zonas rurais.

7. Tópicos para debate entre os Parlamentos nacionais sobre o futuro da PAC pós 2020

A sessão foi presidida por **Martin Preiner**, Presidente da Comissão de Agricultura e Florestas, do Conselho Federal austríaco, a quem, competiu, igualmente, a primeira intervenção. O orador salientou que o lema da UE "Unidos na Diversidade" também é aplicável à agricultura, conforme havia sido claramente demonstrado durante a conferência. Acrescentou que era tarefa dos políticos presentes encontrar, nesta diversidade, posições e soluções comuns com diferentes possibilidades de implementação. Continuou, abordando as características específicas da agricultura austríaca, destacando que cerca de 23% da produção nacional é oriunda de produção biológica, o que representa a maior taxa na UE e no mundo. De acordo com o orador, os principais desafios para o futuro da agricultura europeia são as alterações climáticas, a proteção do ambiente e o abandono das zonas rurais por parte dos jovens.

Pat Deering, Presidente da Comissão Mista da Agricultura, Alimentação e Marinha, do Parlamento irlandês, defendeu que os jovens devem ser incentivados a entrar ou



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

permanecer na agricultura e que, para tal, é necessário manter o nível existente de pagamentos diretos, investir em infraestruturas e fornecer soluções equilibradas para as alterações climáticas e a proteção do ambiente. Sublinhou que os pagamentos diretos, as medidas ambientais, a gestão de riscos e a renovação geracional, bem como a proteção das áreas rurais são os elementos mais importantes da futura PAC.

Quanto a **Alexandre Freschi**, membro da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional Francesa, referiu-se a uma agricultura sustentável, englobando, no conceito, a sustentabilidade económica, social e ambiental, juntamente com uma melhor e mais justa distribuição do apoio aos agricultores. Preconizou uma PAC mais eficiente e mais simples em termos de administração, na qual os cidadãos e os agricultores possam ter confiança. Salientou, em particular, a necessidade de definição das formas de produção agrícola, que devem ser mais fortemente apoiadas, especialmente no contexto da garantia da saúde, da vida e de uma melhor relação com o ambiente.

O Deputado croata ao Parlamento Europeu **Ivan Jakovčić** expressou a sua confiança na excelência dos produtos e no enfoque na qualidade, fatores que reputou de fundamentais para o futuro da produção agrícola. Em sua opinião, só com produtos excelentes poderemos ser competitivos e a PAC precisa de insistir neste aspeto, pois só assim será possível gerar mais motivação e lucro para a agricultura, com um acréscimo de saúde e de satisfação para os consumidores.

8. Alocuções Finais

As alocuções finais couberam a **Czesław Siekierski**, Presidente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu e ao anfitrião da Conferência, **Tomislav Panenić**.

Czesław Siekierski salientou que a diversidade é a força da UE, acrescentando que, apesar das diferentes histórias, tradições e costumes, os Estados- Membros se encontram ligados por valores comuns. Acrescentou que devem ser concebidos instrumentos de apoio adequados que se destinem a todos, mas como o apoio em si não é suficiente, é necessário fazer mais para aumentar o rendimento agrícola e melhorar o nível de vida dos agricultores. Sublinhou a importância da informação aos cidadãos, nomeadamente sobre a especificidade da política agrícola, como forma de gerar um ambiente de maior compreensão entre os habitantes das zonas rurais e urbanas, num verdadeiro ambiente de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus
Comissão de Agricultura e Mar

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da "Estratégia Portugal 2030"

diálogo social. Reputou ainda de essencial a continuação da cooperação e diálogo com os Parlamentos nacionais que, em sua opinião, deve continuar.

Tomislav Panenić reiterou a importância do papel ativo dos Parlamentos nacionais na tomada de decisões fundamentais, defendendo, igualmente, um papel ativo dos produtores agrícolas. Aludiu à conferência que agora terminava como uma oportunidade única, em que os parlamentares expressaram os seus pontos de vista e os debateram com altos funcionários e representantes da UE responsáveis pela agricultura. Salientou que o desiderato de uma produção agrícola segura e sustentável é comum a todos os interlocutores e que a PAC tem de ser um mecanismo eficaz para resolver as instabilidades do mercado e proporcionar formas adequadas de aumentar a resiliência da agricultura às alterações climáticas. Sublinhou que os pagamentos diretos na agricultura são cruciais para o desenvolvimento da produção agrícola, fator-chave para o desenvolvimento rural. Terminou, agradecendo a todos a participação na conferência, que encerrou.

9. Nota Final

A Delegação da Assembleia da República gostaria de reconhecer e agradecer a simpatia e profissionalismo do Embaixador de Portugal na Croácia, Jorge Silva Lopes, que colocou os meios da Embaixada à disposição da Delegação e a acompanhou em permanência, enriquecendo e facilitando a participação na reunião.

Assembleia da República, 22 de janeiro de 2019

Os Deputados

(António Costa Silva)

(Pedro do Carmo)

(Patrícia Fonseca)